

Educação básica, meio ambiente e a ideologia do desenvolvimento sustentável no município de Belém, Pará, Brasil: 1993-1996

Educação básica, meio ambiente e a ideologia do desenvolvimento sustentável no município de Belém, Pará, Brasil: 1993-1996

José Bittencourt da Silva
Tatiane Lima Santos
Universidade Federal do Pará (UFPA)
Belém-Brasil

Resumo

O presente artigo analisa o discurso político de sujeitos governamentais que protagonizaram ações voltadas à Educação Básica no município de Belém, Estado do Pará, no período concernente aos anos de 1993 a 1996. Os denominados Cadernos Caminhos da Educação, publicados pela Secretaria de Educação Municipal (SEMEC), são tomados como *corpus* empírico da Análise de Discurso (AD) que se buscou implementar. Conclui-se que o conteúdo manifesto desses Cadernos teve seu sentido atrelado ao progresso técnico da modernidade capitalista, à ideologia do desenvolvimento sustentável e a certa visão messiânica e redentora da educação escolar como fator do desenvolvimento humano.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Ideologia; Desenvolvimento Sustentável

Abstract

This article analyzes the political discourse of governmental subjects who carried out actions aimed at Basic Education in the municipality of Belém, State of Pará, in the period from 1993 to 1996. The so-called Paths of education notebooks, published by the Department of Education Municipality (SEMEC), they are taken as an empirical corpus of the Discourse Analysis (AD) that we sought to implement. It is concluded that the manifest content of these notebooks had its meaning linked to the technical progress of capitalist modernity, to the ideology of sustainable development and to a certain messianic and redemptive vision of school education as a factor of human development.

Key words: Discourse analysis; educational political discourse; Paths of education notebooks; Sustainable development.

Introdução

Objetiva-se neste artigo analisar o discurso político de sujeitos governamentais que protagonizaram ações voltadas à Educação Básica no município de Belém, Estado do Pará, no período concernente aos anos de 1993 a 1996. Essa conjuntura da história política municipal foi emblemático e deixou marcas indeléveis ao processo de escolarização de certos grupos sociais belenenses. Os fundamentos teóricos, ideológicos e valorativos desses sujeitos estão presentes na produção institucional de materiais bibliográficos, documentais e informativo-publicitários, como os denominados “Cadernos Caminhos da Educação”, publicados pela Secretaria de Educação Municipal (SEMEC), em um total de sete volumes, os quais foram tomados como *corpus* empírico de análise neste artigo.

O conteúdo manifesto dos textos componentes dos cadernos carrega consigo sentidos e intencionalidades sócio-históricas, as quais expressaram conjunturas e estruturas próprias da formação social capitalista em sua concretude local. A ideia de inovação enquanto coisa nova, atual e desejável, própria do discurso moderno ocidental europeu apresenta-se como “espinha dorsal” do discurso político municipal contido no material pesquisado. Como corolário, tem-se o discurso do desenvolvimento sustentável, uma ideologia peculiar às circunstâncias do momento econômico-ambiental no qual o modo de produção e consumo capitalistas colocaram o planeta a partir da globalização mercantil de coisas, pessoas e capitais.

Este período da história política municipal recente de Belém tem sido abordado em dissertações, teses e artigos científicos em universidades públicas e privadas na Amazônia paraense (SILVA; PINTO; PINHEIRO, 2018; BEZERRA; 2012; ASSUNÇÃO, 2005; OLIVEIRA, 2009; FREITAS, 2005; GUEDES, 2007; SOUZA, 2015). Esses produtos acadêmicos compuseram o levantamento bibliográfico realizado durante a pesquisa exploratória do projeto de pesquisa intitulado “O SUBSISTEMA DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL INSTITUÍDO EM 1996: processo histórico, mediação e realidade atual”, de responsabilidade do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica (NEB/UFPA) (SILVA, 2020). Pelo que se pode absorver das leituras realizadas, a maioria desses trabalhos são de cunho documental e bibliográfico, com predominância de textos expositivos e descritivos de fatos e realizações governamentais, sendo que nenhum deles realizou análise de discurso.

Pretende-se contribuir com a compreensão e análise dos processos que deram existência às ações de governo no período aqui delimitado. Para tanto, utilizou-se metodologicamente a

Análise de Discurso (AD), a qual busca compreender os múltiplos sentidos de um texto em sua discursividade, ou seja, entender o movimento peculiar ao discurso que se manifesta no texto, movimento este tensionado historicamente e socialmente, vale dizer pela ideologia. A língua (falada ou escrita), a linguagem e o veículo de comunicação utilizados são expressões materiais do discurso proferido por um sujeito ideologicamente determinado.

Ao contrário da análise de conteúdo, que busca suas respostas a partir da pergunta “o que este texto quer dizer?”, a Análise de Discurso considera que a linguagem não é transparente. Deste modo, não se pretende atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado. A questão colocada é a seguinte: “como este texto significa?” (ORLANDI, 2013, p. 17). Melhor dizendo, quais os determinantes sociais, políticos, econômicos, culturais etc., que dão sentido [fazem um texto significar] a um determinado discurso em certo contexto e expresso em uma fala, em um texto escrito e até mesmo em uma imagem fotográfica, uma pintura ou uma música? É exatamente a busca desse sentido discursivo (movimento histórico-social) que o analista se propõe a compreender, não apenas a partir daquilo que está dito, mas também quanto ao não dito ou silenciado.

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem codificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com a sua exterioridade, suas condições de produção. **Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares,** assim como o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, às margens do dizer do texto, também fazem parte dele (ORLANDI, 2013, p. 30) **grifo nosso.**

Para Althusser (1982) em toda formação social existem dois tipos básicos de ideologia, uma geral e outra específica. No primeiro caso a ideologia aparece sem possibilidade de datação, periodização e localização para seu surgimento. O autor relaciona este tipo de ideologia com o mundo simbólico ou abstrato imanente às relações que os indivíduos estabelecem em sua vida prática na sociedade. As pessoas praticam suas ações aparentemente autônomas, mas que na realidade são condutas interpeladas pela ideologia, a qual lhe garante a funcionalidade necessária para sua existência cotidiana. Neste caso a ideologia é percebida como elemento constitutivo da cultura, impossível de ser extinta ou retirada da subjetividade humana. Enquanto maneira de se relacionar com a realidade, a ideologia em geral é estrutural à existência social dos indivíduos.

A ideologia geral enquanto subjetividade ideal surgida na mente das pessoas como um produto derivado da vida existencial prática é vista como uma estrutura estruturante dos

sentidos dos sujeitos enredados no discurso, sendo, pois, ela (a ideologia) quem vai tencionar a legitimidade de determinados sentidos aceitos como verdadeiro e outro não. Orlandi (2015) utiliza essa ideia althusseriana de ideologia e, a título de exemplo, observa que a palavra “terra” não tem o mesmo significado para um índio, para um camponês ou mesmo para um proprietário rural do agronegócio, visto que o seu sentido está atrelado à subjetividade ideológica de cada experiência peculiar a cada sujeito no contexto de seu grupo social.

A ideologia em geral (enquanto mediação dos indivíduos em relação com sua vida prática) é entendida como uma condição das relações de existência das pessoas na sociedade, ao passo que as ideologias específicas são estabelecidas por instituições que mantêm essa sociedade em sua funcionalidade, tais como a família, a escola, a igreja, a política etc. Neste caso há uma percepção e adesão das pessoas a certa visão particular de mundo balizadora da conduta de cada indivíduo nos distintos territórios institucionais que formam os diferentes campos sociais. Althusser (1982) chama essas instituições de aparelhos ideológicos e, neste sentido, é possível falar de uma ideologia religiosa, liberal, jurídica, política, etc.

As ideologias individuais peculiares às instituições formadoras do tecido social também interpelam os sujeitos envolvidos em certo contexto discursivo, como aconteceu com os gestores governamentais (discurso político) que se fizeram perceber como protagonistas/autônomos de um discurso sobre a Educação Básica de Belém no contexto da primeira metade dos anos de 1990. Contudo, além dos silenciamentos, esses sujeitos estavam na verdade proferindo discursos atrelados a sentidos discursivos (ideológicos) de lugares e instituições variados, como, por exemplo, a ideia de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), assim como ao um discurso ético-religioso cristão, ao neoliberalismo e ao discurso fundador da modernidade e do progresso técnico-econômico.

No dizer Pêcheux (1975) citado por Orlandi (2013, p. 17) “Não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido”.

A análise de discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (ORLANDI, 2013, p. 15).

Tecnicamente, o analista de discurso precisa fazer, em primeiro lugar, uma exposição descritiva do material que servirá de análise, caracterizar as suas condições de produção, os

sujeitos envolvidos e o contexto conjuntural que os engendram. Orlandi (2013, p. 13) fala acerca do sentido estrito dessa produção, ou seja, a conjuntura histórica mais imediata no qual o material foi publicizado, assim como do contexto sócio histórico mais amplo que “[...] traz para a consideração dos efeitos de sentido elementos que derivam da forma de nossa sociedade”. Para a autora, os efeitos têm sentido e relação com as instituições, as ideologias, as relações políticas e econômicas que condicionam as posições que os sujeitos expressam no material escrito, falado, fotografado, pintado, etc.

Além desta introdução, da conclusão e das referências bibliográficas, este texto está estruturado da seguinte maneira: Primeiro tem-se uma breve discussão Acerca da conjuntura dos anos de 1990 e a ideologia do desenvolvimento sustentável. Posteriormente, apresenta-se o material utilizado como *corpus* empírico de pesquisa (Cadernos Caminhos da Educação), o qual se configura como a base sobre a qual se faz, por fim, as discussões analíticas do discurso político no campo educacional do Município de Belém, no contexto histórico delimitado como referência temporal.

O contexto: conjuntura dos anos de 1990 e a ideologia do desenvolvimento sustentável

Todo conceito apresenta certa processualidade sócio histórica e, portanto, filia-se a uma perspectiva ideológica. O conceito de desenvolvimento (e sua versão atualizada de desenvolvimento sustentável) é emblemático neste sentido. Em muitos dicionários *on line* da língua portuguesa (DICIONÁRIOS, 2018), a palavra desenvolvimento aparece como sinônimo de desenvolver, acrescentar ou de melhorar/aperfeiçoar algo em uma pessoa, uma família, comunidade, região ou país. O conceito pode ser relacionado também a processos tecnológicos e econômicos e, neste caso, assemelha-se à ideia de crescimento. Pode-se então dizer que a palavra desenvolvimento nega a introspecção, pretendendo reverter uma possível realidade reprimida, oprimida, acanhada em uma ação de expansão, em um movimento de reação para fora e de maneira positiva.

Segundo Silva (2009) a ideia de desenvolvimento como progresso econômico tomou força a partir de meados do século passado, ou mais precisamente a partir do fim da Segunda Guerra Mundial em 1945. Foi neste contexto que parte dos países do ocidente europeu e, mormente os Estados Unidos da América, passaram a disseminar um conjunto de pensamentos teóricos e ideológicos objetivando incluir os chamados países subdesenvolvidos nos padrões de industrialização e consumo alcançados pelas nações capitalistas centrais. O desenvolvimentismo,

como ficou conhecido, apontava para os fatores econômicos como o fundamento essencial à melhoria da vida coletiva e, a indústria produtora de bens de consumo, seria a “locomotiva” de todo esse processo.

Desenvolver um dado território seria a mesma coisa que fazer crescer a sua capacidade produtiva industrial, potencializar o consumo da população, gerar emprego e renda. Por isso os governos dos países periféricos nas décadas de 1960/70 promoverão políticas públicas voltadas ao crescimento do produto interno bruto e ao aumento da renda *per capita* nacional. Desenvolver, afirmava Furtado (1961, p.115-116), era “[...] basicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade”. Após esse incremento fabril e mercadológico os outros benefícios (melhorias socioculturais) apareceriam posteriormente de maneira natural.

De fato, os ideólogos do desenvolvimentismo Pós-Segunda Guerra Mundial fizeram-se acreditar que possuíam a “formula mágica” para o bem estar social em todos os países. A chave para isso estaria na economia (progresso técnico, aumento da capacidade do trabalho humano para explorar a natureza, maior produção de bens e serviços, etc.) (PORTO-GONÇALVES, 2012). O crescimento geraria, como que automaticamente, transformações positivas nas áreas da saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras. O crescimento (tecnológico e industrial) aparece, portanto, como início e meio para um determinado fim, que seria resolução dos problemas sociais e humanos em um determinado território.

Em linhas gerais pode-se então dizer que o desenvolvimento nesta perspectiva seria a mesma coisa que processo de crescimento, cuja maturidade se daria ao atingir a capacidade industrial de crescer sem limites, de maneira continuada, constante e sustentada. Em nome desse ideário desenvolvimentista, valores mercadológicos são levados às últimas consequências e vão penetrando os mais variados campos sociais. Singer (2004) denomina esse modelo de “desenvolvimento capitalista”, o qual se realiza determinado pela lógica do capital, do mercado, da competição, do individualismo e de um Estado mínimo.

Com o passar do tempo observou-se que o desenvolvimentismo fez crescer a riqueza material de alguns países, mas concentrou renda, aumentou a pobreza e recrudescer as mazelas sociais nos países periféricos, impactando indelevelmente os processos naturais em escala local, regional, nacional e mundial. Neste contexto, uma crítica contundente feita à ideologia desenvolvimentista foi realizada na própria Europa pelos ambientalistas locais nas décadas de

1960/70. De fato, as contradições internas e inerentes ao crescimento econômico capitalista, estruturalmente concentrador de riqueza e gerador de pobreza, mostravam agora mais claramente o seu lado nefasto quanto aos ecossistemas naturais.

O modelo de produção e consumo ocidental capitalista, baseado no crescimento econômico infinito, agora é posto em xeque do ponto de vista de sua perdurabilidade material. Começa a ser colocada a ideia dos limites do crescimento: o planeta não é infinito e seus recursos não são infindáveis. O esgotamento dos recursos e a entropia gerada pelo modo industrial de apropriação da natureza se traduzem em poluição e deterioração da qualidade ambiental (SILVA, 2012, p. 206).

Ignacy Sachs, com sua proposta do ecodesenvolvimento, levantou questões globais importantes, inclusive mostrando o modo como o desenvolvimentismo dos países de capitalismo dominante atenta contra os povos dos países do sul e à própria natureza. Sachs (1986) vai mostrar que a economia baseada no capital é a fonte geradora dos atuais problemas socioambientais, pois aumenta a alienação, promove o individualismo, sufoca a participação e a democracia impossibilitando a emergência de modelos econômicos mais autossuficientes. Esse ideário do ecodesenvolvimento foi substituído pelo protagonismo da Organização das Nações Unidas (ONU), que promoveu a mundialização do conceito de desenvolvimento sustentável como sendo aquele que satisfaz as necessidades atuais, sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades (CMMAD, 1988).

Como se pode observar, o conceito de desenvolvimento e de desenvolvimento sustentável foi apropriado pelas grandes organizações e empresas capitalistas, tornando-o uma ideologia que sustenta os processos de saqueamento das riquezas naturais de países periféricos como Brasil, bem como a proletarianização dos trabalhadores locais e desestruturação dos povos e comunidades tradicionais.

Mas esta ideologia do desenvolvimento sustentável fica disfarçada mediante um potente discurso de 'Proteção à Natureza', com a aparência de 'bula para salvação do mundo', que confere uma ilusão de um discurso menos agressor para com o domínio do homem para com a natureza. Ao absorver inclusive as classes dominadas, a ideologia do desenvolvimento sustentável configura-se como um mecanismo de dominação. Com esta plataforma bem alicerçada, hoje, dificilmente se permanece imune aos seus reflexos. A ideologia atinge o seu grande objetivo quando se torna, indubitavelmente, senso comum (OLIVEIRA, 2005, p. 45).

O ideário do desenvolvimento sustentável pode ser considerado como a terceira versão da ideologia do progresso, a mais atual ideologia legitimadora do desenvolvimento capitalista.

Trata-se de explorar, de atribuir valor, de tirar proveito dos recursos naturais e humanos. Qualquer que seja o adjetivo que se lhe acrescente, o conteúdo implícito ou explícito do desenvolvimento é o crescimento econômico, o acúmulo de capital, com todos os efeitos positivos e negativos que conhecemos: competição impiedosa, aumento ilimitado das desigualdades, saque incontrolável da natureza. O fato de se acrescentar o adjetivo

Educação básica, meio ambiente e a ideologia do desenvolvimento sustentável no município de Belém, Pará, Brasil: 1993-1996

‘duradouro’ ou ‘sustentável’ só confunde um pouco mais as coisas (LATOUCHE, 2009, p. 17).

Enquanto terceira versão da ideologia do progresso, o desenvolvimento sustentável prega a economia verde, o consumo verde, energia limpa e a ecoeficiência produtiva, mas dentro da perspectiva do Estado mínimo, hipervalorização do mercado, fragilização das leis trabalhistas, ou seja, dentro da lógica neoliberal de sociedade (LAYRARGUES; LIMA, 2014). Todas essas nomenclaturas são colocadas como novidades e legitimam objetivos/metastas a serem alcançados pelos indivíduos, famílias, poderes públicos em geral. Esse discurso é repetido tantas vezes quantas forem necessárias para que se torne senso comum e, assim, cumpra com sua função legitimadora do crescimento e apropriação de riquezas, até que se tornem explicitamente aparentes as contradições internas dessa nova/velha ideologia do progresso.

O desenvolvimento sustentável constitui-se neste contexto como um discurso ideológico no sentido conceitual althusseriano de ideologia específica (ALTHUSSER, 1982), ou seja, apresenta um conjunto de ideias legitimadoras da sociedade capitalista a partir de uma ideologia neoliberal, a qual interpela sujeitos políticos, sociais e históricos, dando-lhes plausibilidade discursiva (sentido) ao conteúdo manifesto de seus textos, sejam estes escritos ou falados. Todavia, a essência permanece a mesma, qual seja: “[...] valores do livre funcionamento dos mercados, das virtudes de competição, do individualismo e do Estado mínimo” (SINGER, 2004, p. 9).

O texto: aspectos gerais e fenomênicos do conteúdo manifesto dos cadernos caminhos da educação

Um fato bastante relevante quanto ao grupo no poder municipal de Belém, nos anos de 1993 a 1996, foi a produção de memórias escritas acerca das realizações e intencionalidades governamentais sobre a gestão educacional. Havia realmente a intenção em deixar registrados, por assim dizer, os feitos heroicos dos sujeitos políticos envolvidos no campo educacional, particularmente no que tange as Unidades Educacionais para o Desenvolvimento Sustentável (UEDS). Talvez o mais emblemático produto dessa intenção de registrar as ações de governo para a educação belenense seja a produção e publicização dos “Cadernos Caminhos da Educação”, escritos e organizados, basicamente, por duas pessoas, isto é, pela própria Secretária de Educação e o professor Pedro Demo, Sociólogo da Universidade de Brasília (CNPq, 2020) e

contratado como consultor para assuntos educacionais (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 1995).

Os “Cadernos Caminhos da Educação” constituem-se em uma coletânea de sete (7) textos que, apesar de seu viés claramente informativo-publicitário e político-partidário, expressaram a filiação teórica de seus mentores, assim como as formas ideológicas legitimadoras das ações de governo quanto à compreensão da sociedade em sua interface com a educação escolar, peculiar à conjuntura dos anos de 1990. Também, esse material bibliográfico-documental deixa pistas discursivas relevantes para se entender, pedagogicamente, o modo como se compreendia a educação escolar no período, seus objetivos formativos e o tipo de cidadão que se desejava formar, mormente aqueles pertencentes às classes trabalhadoras belenenses.

Esses Cadernos, publicados pelo Departamento de Pesquisa e Documentação da Prefeitura Municipal de Belém, podem ser divididos em dois blocos: os Cadernos 1 e 2, publicados em 1993 e 1994, respectivamente, constituindo-se como uma espécie de visão preliminar das intenções do governo quanto à Educação, meio ambiente e desenvolvimento humano (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 1993; 1994), e os demais Cadernos (3, 4, 5, 6 e 7), todos publicados em 1996 com objetivo de publicizar, informar e registrar as realizações governamentais no campo educacional, este tido como basilar ao desenvolvimento humano com sustentabilidade ambiental (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 1996a; 1996b; 1996c; 1996d; 1996e).

Precisamente, o Caderno 1 foi impresso e lançado em maio de 1993 como uma espécie de carta de intenções do governo para alcançar o tão sonhado desenvolvimento local (BELÉM, 1993). É neste livro que a educação básica é colocada como fator preponderante para alcançar as metas da gestão quanto à melhoria de vida dos munícipes. De fato, é neste primeiro volume que são apresentados os princípios ideais da dinâmica prática do governo, os quais estarão presentes ao longo dos demais cadernos publicados posteriormente.

Este primeiro exemplar apresenta nossa perspectiva para a administração da educação municipal nos próximos quatro anos, na Gestão do Prefeito Hélio Gueiros, expressa no documento Caminhos da Educação no Planejamento do Município de Belém, cuja a base é a Educação vista como fator crucial de desenvolvimento (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 1993, p. 10).

A sociedade da informação tensiona os professos pedagógicos e educacionais do presente. Pode-se dizer que esta é a ideia central do Caderno 2, intitulado “A Educação acerta o passo com o tempo”. Lançado em 1994, este volume ficou sob a responsabilidade do professor

Pedro Demo e da professora Maria Stella Faciola Pessoa Guimarães, engenheira civil com mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará, ficando voltada especificamente para a área de informática na educação. Foi a primeira presidente da Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira, em 1995, e faleceu em São Paulo no ano de 2016.

No Caderno 3 o leitor encontrará um texto voltado a exposição das realizações do governo. Dentre outras coisas, tem-se a exposição do Sistema Municipal de Educação, suas principais inovações para o desenvolvimento educacional, a criação do Instituto dos Educadores de Belém (ISEB) voltado a formação de professores, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) e a sua principal realização: a Rede Municipal de Educação para o Desenvolvimento Sustentável, a qual objetivava a formação profissionalizante dos filhos e filhas dos trabalhadores do municípios, conjugada com a Educação Ambiental (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 1996a).

As Unidades Educacionais para o Desenvolvimento Sustentável, as UEDS, como ficaram conhecidas, traziam a proposta da ONU de uma educação com enfoque integrado, ou seja, a formação de crianças, adolescentes e jovens com foco no desenvolvimento humano, economicamente viável e ambientalmente sustentável. Neste contexto, tem-se registradas neste caderno cinco Unidades que integrariam um Subsistema voltado ao desenvolvimento sustentável, a saber: I – O Liceu de Artes e Ofícios do Guamá; II – O Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso; III – A Escola Parque Amazônia – Terra Firme; IV – O Liceu de Artes e Ofício de Hotelaria da Ilha de Cotijuba; e, V – O Centro de Referência em Educação Ambiental – Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira (BELÉM, 1996; PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 1996a).

O Liceu de Artes e Ofício de Hotelaria da Ilha de Cotijuba, que aparece citado neste livro 3 dos Cadernos Caminhos da Educação, nunca foi efetivado, ficando apenas na intenção e no papel. Aliás, esta é uma informação inexistente na literatura acadêmica produzida sobre o período histórico recente acerca da política educacional de Belém. Os vários trabalhos encontrados e analisados durante a pesquisa bibliográfica, basearam-se, prioritariamente, em documentos e dados secundários, negligenciando estudos de campo acerca das Unidades e deixando os leitores em um vácuo de informação sobre o suposto Liceu de Cotijuba, realidade somente detectada pela pesquisa empírica a partir de observações e entrevistas, o que foi feito no contexto das investigações concernentes ao projeto de investigação implementado por Silva (2020).

Note-se ainda que o Liceu de Artes e Ofícios Ruy Meira do Guamá, criado em 1996, foi extinto no ano seguinte, sendo que seu prédio passou a ser utilizado pelo Centro de Referência e Assistência Social do Guamá (CRAS-GUAMÁ), órgão público municipal, mantido com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social. Desta forma, o que realmente existiu e ainda permanece das UEDS são o Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso, a Escola Parque Amazônia – Terra Firme e o Centro de Referência em Educação Ambiental – Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira, todas apresentando extremas dificuldades para sua viabilização enquanto instituição pública de ensino municipal.

O Caderno 4 pode ser considerado como o mais ideológico de todos. É nele que o ideário do Desenvolvimento Sustentável é explicitamente colocado com mais profundidade. Neste volume defende-se a implementação do chamado enfoque integrado, enquanto base para as ações do governo municipal de Belém, mostrando claramente seu atrelamento às políticas educacionais dos organismos internacionais, principalmente à ONU, indo ao encontro daquilo que era debatido dentro da perspectiva de eventos internacionais e nacionais, como a Conferência Rio-92 e os documentos que a precederam, como o relatório Nosso Futuro Comum.

O discurso político neste caderno reforça a ideia do enfoque integrado, no sentido de integrar o progresso técnico, desenvolvimento humano, conservação ambiental como eixos articuladores das ações educativas voltadas ao desenvolvimento sustentável. Como objetivação desse discurso tem-se a proposta dos liceus e formação de um profissional polivalente (*factótum*), uma espécie de “faz tudo” para trabalhar em áreas distintas, gerando empregos e renda para os trabalhadores belenenses, “[...] combinando conhecimento com cidadania, quer dizer, a capacidade de manejar o instrumento mais decisivo de inovação, com a ética histórica, para que o progresso se torne bem comum, este reconhecimento concederia à educação o papel de eixo da transformação produtiva com equidade, como querem a CEPAL e a OREALC” (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 1996b, p. 12-13).

Ratifica-se também o aspecto da inovação como elemento fundante da modernidade como base para das ações de governo. De fato, o Caderno 4 mostra que o fim maior da gestão municipal deveria ser a Educação como componente estrutural para resolver o desafio da equidade, mas a partir da ideia de sociedade do conhecimento, este visto como divisor de águas entre desenvolvimento e subdesenvolvimento. A condição inovadora dos gestores estaria

presente na sua prática política de ciência e tecnologia para a equidade, fim maior da educação e da cultura (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 1996b, p. 24).

O Caderno 5, atravessado pelo sentido da inovação educacional, está entre os mais importantes da coleção Caminhos da Educação. É ele que apresenta em detalhes aquela que talvez seja a mais emblemática realização do governo Hélio Gueiros no campo educacional: a Escola Bosque, a qual é apresentada como proposta pedagógica e formativa disruptiva, radicalmente transformadora e contrária às formas tradicionais de escolarização no município de Belém. Esta escola seria um centro de referência para uma educação integrada, tendo como eixo articulador a Educação Ambiental na perspectiva da pedagogia de projetos, uma metodologia de ensino que tem por objetivo organizar a construção dos conhecimentos em torno de metas previamente definidas entre alunos e professores (DEPRÁ, 2017).

Claramente ligada a uma perspectiva escolanovista (SAVIANE, 1999), percebe-se neste Caderno 5 a supervalorização do aprender a aprender, educar pela pesquisa, do aluno como sujeito do processo ensino-aprendizagem (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 1996c), associada à perspectiva crítica à certa prática tradicional, a qual estaria associada às aulas expositivas, ratificando-se a necessidade da implementação de novas e inovadoras ações docentes no campo da educação. A Escola Bosque de Outeiro teria sido pensada e sistematizada nesta perspectiva, ou seja, para a formação de um aluno que aprende mergulhando em seu cotidiano, suas próprias experiências e seu modo de vida prático. “O objetivo é trabalhar com o que é significativo, atribuindo uma função social e cultural à escrita, partindo das vivências de cada sujeito” (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 1996c, p. 90).

Ao trazer a crítica às aulas expositivas de um docente/instrutor que fala para um aluno/receptor, coloca-se esta prática didática como, arcaica, tradicional, “ultrapassada” (BELÉM, 1996c, p. 13), em que deveria sair de cena a insistência das escolas em manter a aula expositiva como centralidade na sala de aula, e partir para a orientação com foco no aluno, razão de ser da escola e, nesse contexto, buscar formar a competência necessária para dar conta do mundo moderno.

Está, pois, em jogo a conquista da autonomia, no duplo sentido de dar conta dos instrumentos essenciais de intervenção inovadora na realidade, e de participar da história como cidadão crítico, criativo e ético. Diante disto, foi alinhavada a proposta de “educar pela pesquisa”, como súmula aproximativa do desafio de conjugar bem educação e conhecimento (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 1996c, p. 14).

A ideia de inovação educacional relacionada à Escola Bosque, presente no Caderno 5, pode ser sinteticamente resumida da seguinte maneira: infraestrutura arquitetônica grandiosa construída em território ribeirinho; introdução da informática educativa enquanto tecnologia necessária aos tempos modernos; preparação do corpo docente para atuar com base na pedagogia de projetos; centralidade no aluno e seu cotidiano; utilização de um eixo articulador a partir da Educação Ambiental; e formação integrada com base em um fluxo escolar contínuo que ia da Educação Infantil até a oferta do 2º Grau propedêutico/profissionalizante.

O Caderno nº 6, muito mais expositivo e descritivo, apresenta o aspecto formal da Escola Bosque, ou seja, traz ao leitor o Decreto de Criação da escola, o organograma institucional, seu estatuto e regimento interno. Por isso, pode-se dizer que o Caderno nº 5 trata preferencialmente dos fundamentos pedagógicos e formativos da Escola Bosque, enquanto que o Caderno 6 volta-se exclusivamente ao seu aspecto formal, podendo ser caracterizado como um apêndice. Precisamente, tem-se neste Caderno a Lei nº 7.747 de 02 de janeiro de 1995, publicada no Diário Oficial do Município nº 7.926 de 04 de janeiro de 1995 que autoriza a criação do Centro de Referência em Educação Ambiental-Escola Bosque; o Decreto Legislativo nº 011 de 06 de junho de 1995, publicado no Diário Oficial do Município nº 8.063 de 21 de julho de 1995 que concedia poderes ao prefeito da época para proceder a mudança na estrutura organo-funcional da Fundação de Parques e Áreas Verdes e na Escola Bosque.

O último da série planejamento Caminhos da Educação é o caderno de nº 7, voltado para a questão da Informática Educativa. O destaque maior é dado ao programa de informática educativa para o sistema municipal de educação de Belém. “[...] Em Belém, na atual administração, optamos por introduzir, nas escolas municipais, a Informática Educativa, priorizando a utilização da linguagem LOGO, por favorecer a criação de ambientes inteligentes na escola e permitir a realização de atividades fundamentais ao processo de desenvolvimento do conhecimento e da inteligência (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 1996e, p.17).

Note-se que esta linguagem LOGO teria sido idealizada pelo pesquisador matemático Seymour Papert, que trabalhou com Jean Piaget no Centro de Epistemologia Genética em Genebra (Suíça). A linguagem LOGO tem suas origens no MIT- Massachusetts Institute of Technology (EUA), no final da década de 1960. Papert, juntamente com Marvin Minsky, um dos fundadores do grupo de Inteligência Artificial do MIT, a partir da estratégia de refletir simultaneamente sobre como as crianças pensam e como os computadores poderiam pensar,

procurou elaborar uma linguagem na qual o uso do computador funcionasse como espelho dos processos mentais.” A linguagem LOGO se apresenta através de uma tartaruga (mecânica ou de tela) que se move no espaço ou na tela como resposta aos comandos que o aluno encaminha ao computador” (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 1996e, p. 81-82).

Os Cadernos de nº 3, 4, 5, 6 e 7, todos publicados no último ano de governo Gueiros (1996), apresentam um apelo político muito bem direcionado, isto é, um discurso publicitário, político-ideológico, voltado à reeleição do grupo no poder. Todavia, ao fazer isso esses cadernos deixaram também uma dimensão discursiva passível de ser tomada como referência empírica para se pensar, criticamente, as ações de governo no município de Belém em um contexto fortemente marcado pelo avanço do neoliberalismo na América Latina, pela ideologia do desenvolvimento sustentável frente à chamada questão ambiental e o ideário de implementação de uma escola que, em essência, mostrou-se conservadora e pouco democrática.

A análise de discurso: os cadernos caminhos da educação

Como observado acima, o contexto internacional estava marcado pelo discurso do desenvolvimento sustentável, a terceira versão da ideologia do progresso, agora sob a égide dos organismos internacionais, como a ONU e o Banco Mundial, estes se constituindo em principais interlocutores da agenda brasileira nos anos de 1990 (DOURADO, 2007). Temas como meio ambiente, pobreza e educação fizeram parte da pauta de eventos mundiais, em especial a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida também como Eco-92, realizada na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, em junho de 1992. Nesta conferência pretendia-se dar maior visibilidade à chamada “crise ambiental”, bem como construir consensos, assinar acordos ou protocolos de intenção entre as principais lideranças políticas nos diferentes países e continentes.

O cenário construído pelos ventos neoliberais dos organismos internacionais criou um ambiente propício à descentralização das responsabilidades do Estado Nacional Brasileiro, não só em direção aos seus entes federativos, mas também ao chamado terceiro setor, este considerado como organizações privadas, sem fins lucrativos e com interesses sociais (GOHN, 2000). De fato, a partir dos anos de 1990 são colocadas maiores responsabilidades institucionais aos municípios quanto à manutenção da educação infantil e ensino fundamental. Há uma repartição das responsabilidades administrativas, em que os gestores municipais passaram a ter maior independência política e fiscal para implementação das ações de governo em nível local,

em que pese a permanência da função redistributiva do governo federal que gerenciava (e ainda mantém) a maior parte das verbas públicas.

O novo (ou velho travestido de novo) ideário de um desenvolvimento, baseado na ideia do crescimento econômico com respeito à natureza, foi usado pelos sujeitos governamentais tomadores de decisão em diferentes unidades da federação brasileira. O município de Belém não ficou à margem desses processos. Seus gestores fizeram a crítica à ciência positivista e à educação conservadora disciplinar, aulista, conteudista e atrasada, que deveria ser superada por algo inovador, uma nova forma de escolarização baseada na ideia do aprender a aprender, aprender a fazer e do professor mediador (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 2006b), ou seja, “a ideia do protagonismo da aprendizagem e a desvalorização do ensino” (LIBÂNEO, 2012, p. 20).

Para Saviani (2020) esse *slogan* do “aprender a aprender” é um enunciado ideológico que tem contribuído com uma educação minimalista voltada às classes trabalhadoras. Na prática essa ideia tão propalada por organismos multilaterais, como a ONU, deslegitima o papel da escola enquanto espaço de aprendizagem da cultura letrada, do acesso ao conhecimento historicamente elaborado no campo das ciências, da filosofia e das artes, componente essencial, suscetível de elevar a capacidade dos alunos a compreender o mundo de maneira qualitativamente superior ao senso comum, ou seja, ensinar como os alunos podem compreender os processos reais de forma crítica, articulada e em suas múltiplas determinações.

O combate à pobreza a partir de políticas públicas de qualificação dos trabalhadores e a geração de empregos colocou a educação escolar como fator do desenvolvimento e melhoria de vida da população mais pobre no município (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 1993). As UDES, em particular, e a rede básica de educação como um todo deveriam canalizar seus esforços institucionais para contribuir neste sentido. Esse era o discurso preponderante na época, uma fala recorrente no discurso político conservador que nega ou negligencia as estruturas formadoras da estratificação social na periferia do capitalismo, o qual se desenvolve de maneira desigual e combinada, sendo que suas mazelas sociais não são disjunções do sistema, mas resultado imanente ao seu modo de produção e repartição dos benefícios socialmente construídos pela força de trabalho.

Pode-se observar que nos primeiros cadernos Caminhos da Educação o discurso ideológico religioso mistura-se com a ideologia do progresso técnico-científico, os quais se constituem em arquétipos fundadores do pensamento conservador moderno-ocidental-cristão,

Educação básica, meio ambiente e a ideologia do desenvolvimento sustentável no município de Belém, Pará, Brasil: 1993-1996

utilizados localmente como base para dar sentido ao discurso político do governo municipal de Belém que se iniciava em 1993.

Nossa perspectiva para a administração da educação municipal nos próximos quatro anos, na gestão do prefeito Hélio Gueiros, expressa no documento Caminhos da Educação no Planejamento do Município de Belém, cuja base é a Educação vista como fator crucial de desenvolvimento. [...] Num cenário de desesperança e de degradação crescentes, urge tocar as trombetas, à moda do que se fez a tão antiga Jericó. Os obstáculos a remover são, em parte, no que diz respeito, os muros paralisantes do desanimo, da incompetência ou do comodismo. Há, por conseguinte, que fazer os caminhos, a começar por aqueles que aproximem desenvolvimento, ciência, tecnologia e Educação, como provável percurso para a modernidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 1993, p. 10-11).

Nesse momento inicial do governo municipal de Belém, para o qual os Cadernos 1 e 2 foram escritos, também são identificadas ideologias mais contemporâneas e conjunturais, como por exemplo a ideologia do desenvolvimento sustentável cunhado pela ONU na década de 1980. Os gestores educacionais diziam abertamente que esse ideário balizará as ações planejadas pelo governo, como se observa no excerto a seguir:

Aqui estão lançadas três estratégias principais para o planejamento de Belém:

- a) tratamento do município sob a ótica do desenvolvimento sustentável;
- b) Definição da qualidade de vida que o município deveria perseguir; e
- c) Destaque da educação básica reconhecida como principal estratégia do desenvolvimento humano moderno (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 1993, p. 14).

Aqui se observa claramente a intertextualidade do discurso político-ideológico governamental municipal com o ideário de desenvolvimento humano da ONU. De fato, esse entendimento de que os governos deveriam promover condições ao desenvolvimento das pessoas (indivíduo) está transversalmente presente nos cadernos “Caminhos da Educação”, ligando-se aos postulados ideológicos neoliberais da ONU/PNUD: “El desarrollo humano es un proceso mediante el cual se ofrece a las personas mayores oportunidades. Entre éstas, las más importantes son una vida prolongada y saludable, educación y acceso a los recursos necesarios para tener un nivel de vida decente” (PROGRAMA, 1990, p. 19).

Formar homens para mudar a sua própria vida, individualmente. Esta narrativa aparece no caderno Caminhos da Educação, livro 4 e, neste caso, a intertextualidade se apresenta na superfície do texto, de maneira aparente, inclusive com citação dos próprios textos da ONU.

Busca este texto caracterizar preliminarmente o enfoque integrado do desenvolvimento, tomando como referência principal os textos da ONU e seus órgãos [...]. Como se sabe, o Relatório do Desenvolvimento Humano da ONU, formulado a cada ano, desde 1990, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), trata o desenvolvimento sob uma única adjetivação, a saber, a humana, tendo deixado de lado

outras ainda correntes, mas tidas por ultrapassadas, como a econômica e mesmo a social (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 1996b, p, 9).

Como mostrou Boom (2004 *apud* LIBÂNEO, 2012), essa ideia de Desenvolvimento Humano ratifica o individualismo neoliberal e silencia aspectos sociais e econômicos essenciais ao processo de melhoria da vida coletiva de dada população, negligenciando o debate acerca da formação de pessoas que possam transformar a sociedade, participar das organizações, movimentos sociais e da cooperação econômica (SINGER, 2004), como fatores fundantes a um desenvolvimento verdadeiramente humano e solidário.

A ideia do Desenvolvimento Humano é mais exequível aos indivíduos e não exclusivamente à sociedade e, neste sentido, já não se trata da ênfase no desenvolvimento econômico em geral, mas no desenvolvimento dos indivíduos em que cada um se reconhece como portador de um desenvolvimento, como propriedade intrínseca do indivíduo. [...]. O foco das políticas sociais deve ser o ser humano como recurso mais importante, pois se trata de sujeito que deseja e consome, portanto suscetível de ingressar no mercado Boom (2004, p. 220 *apud* LIBÂNEO, 2012, p. 19).

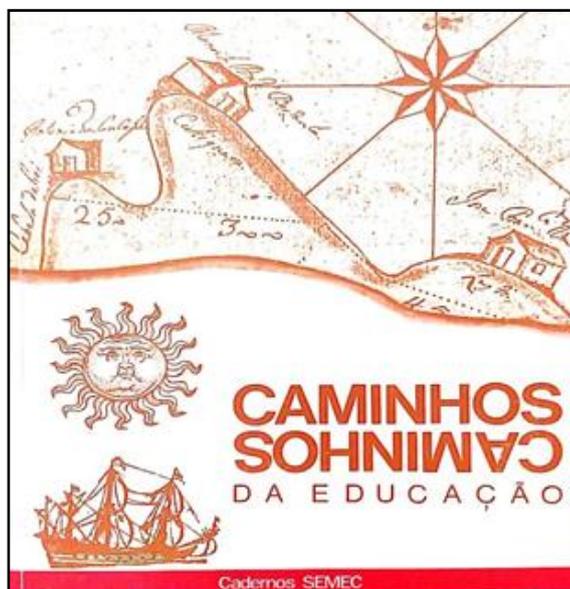
Em alguma medida, todos os cadernos trazem uma íntima relação com o discurso fundador da modernidade (BERMAN, 1986). Para Orlandi (2003, p. 13) o discurso fundador é aquele que institui uma nova tradição discursiva, com efeitos ideológicos que acabam determinando o imaginário social e, por conseguinte, as formas de ser e estar no mundo. Esse tipo de discurso ressignifica o dizer que veio antes e institui “[...] uma memória outra”. A mensagem de modernidade, de um novo tempo, de novos rumos qualitativamente melhores que aqueles até então vividos, um novo começo original, inédito, inovador está muito presente nos cadernos “Caminhos da Educação”.

Veja-se, por exemplo, a imagem da capa (Figura 1 a seguir) presente em todos os sete livros publicados. Sua aparência sugere a necessidade de construção de um caminho a ser percorrido, o qual levaria a descobertas inovadoras e essenciais ao desenvolvimento que se pretendia implementar. Bem ao modo dos livros europeus do período colonial brasileiro, com seus mapas e figuras criadas a partir das narrativas de viajantes, corsários, religiosos e aventureiros, essa capa pretende representar temporalidades distintas e antagônicas entre si.

Na parte superior tem-se uma espécie de momento pretérito, quase medieval, com casebres, montanhas, letras e números aparentemente grafitados de maneira aleatória e caótica. Na parte inferior apresenta-se uma imagem com maior nitidez de sentido, em que se sobressaem as figuras de um sol e um barco, talvez representando tempos modernos e, em certa medida, simulando a aventura, o lançar-se ao desconhecido por parte de um sujeito desbravador,

visionário ou empreendedor. Pode-se até mesmo inferir que a imagem do sol traz contornos caricatos que se assemelham às linhas formadoras do rosto do então prefeito de Belém.

Figura 1: Imagem da capa dos cadernos SEMEC “Caminhos da Educação”



Fonte: arquivo de dados do projeto de pesquisa “O SUBSISTEMA DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL INSTITUÍDO EM 1996: processo histórico, mediação e realidade atual” (SILVA, 2020).

Há que se registrar a qualidade dos textos constituintes dos cadernos, os quais foram bem elaborados e, em certa medida, acabam prendendo o leitor nos seus detalhes, mesclando textos de caráter teórico com religião, arte, filosofia, tudo isso para expressar esse sentido de modernidade que se opõe ao atrasado, arcaico, ao velho. Um bom exemplo disso pode ser observado no caderno 2 (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 1994, p. 5). Lá é possível encontrar um excerto da letra da música “Coração de Estudante”, de Wagner Tiso e Milton Nascimento. Nas primeiras páginas deste livro tem-se uma imposição de sentidos que o caderno pretende infligir ao leitor: “Mas renova-se a esperança, nova aurora a cada dia, e há de se cuidar do broto, pra que a vida nos dê flor e fruto”. A letra da música é um chamamento de atenção muito característico do discurso político tradicional, o qual sempre se apegava à ideia do “novo” e do “moderno” que se inaugura enquanto salvação para a conjuntura sempre nefasta do momento.

Direta ou indiretamente, o discurso da modernidade associado ao desenvolvimento sustentável está presente em todos os cadernos. O ideário de uma gestão voltada para os avanços necessários à melhoria social, de uma sociedade que deveria estar em consonância com

o mundo atual, tecnológico, desenvolvido é uma constante. É o velho discurso do progresso técnico, que tem suas origens no século XIX, mormente com os positivistas, e chega à segunda metade do século XX com um invólucro desenvolvimentista do pós-Segunda Guerra Mundial, desembocando anos de 1990 atrelado à ideologia do Desenvolvimento Sustentável.

Enquanto exigência discursiva de uma modernidade que se autorrenova, o discurso da novidade está muito presente no conteúdo do material analisado. Isso, de certa maneira, vai ao encontro dos interesses do eleitorado belenense que, como se observa na média da população brasileira, está com a mente estendida para a ideia do novo como uma coisa boa *per si*, em detrimento do passo que é percebido como realidade obsoleta, algo a ser superado. O texto analisado traz a inovação como coisa desejável por todos, em detrimento da proteção de aspectos importantes do passado, o qual deveria ser negado em favor de um futuro sempre melhor que a realidade atual.

Realmente há uma mensagem discursiva moderna e modernizante nos cadernos Caminhos da Educação, em que se tenta infligir nas mentes e corações dos leitores o ideário dos gestores inovadores, que olham para frente, querem superar o atraso, que inauguram uma nova administração, que estabelecem o novo em detrimento do velho, a partir de uma contradição cartesiana formal dualista entre o “isso” é necessário e o “aquilo” é dispensável.

Neste contexto “novas” nomenclaturas passam a ser usadas indistintamente, tais como desenvolvimento sustentável, desenvolvimento humano, sustentabilidade ecológica e tantas outros. Todavia, a substância existencial dos processos políticos reais permanece inalterada, como por exemplo, a participação de professores, movimentos e organizações sociais, negando-lhes a condição de sujeitos históricos essenciais à efetivação das políticas públicas no campo educacional escolar.

Uma estratégia política para veiculação desse discurso modernizante, de uma nova e inovadora era para a educação municipal de Belém, foram os palanques montados para as inaugurações sucessivas de cada Unidade de Educação para o Desenvolvimento Sustentável na mesma gestão. As UEDS iniciaram suas atividades antes mesmo de sua institucionalização e, posteriormente, fazia-se a inauguração de maneira festiva e com todas as formalidades. Por isso elas foram todas formalmente criadas neste no ano de 1996, seis meses antes das eleições: o Liceu de Artes e Ofícios Ruy Meira do Guamá em fevereiro; Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso de Icoaraci, em março; Complexo Educacional Parque Amazônia da Terra Firme, em

abril; e por fim, o Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira, inaugurado oficialmente no dia 26 de abril de 1996, está última considerada a mais importante obra da gestão Hélio Gueiros para a Educação.

Os Cadernos estão carregados de sentidos, mas também de silêncios relevantes acerca da compreensão ao combate à pobreza e as externalidades negativas da produção material econômica em relação à natureza externa. São silenciamentos, ausências e ocultamentos teóricos e conceituais estruturais e necessários às análises profundas das contradições internas à formação social capitalista, em sua relação com o tão propalado desenvolvimento humano e o colapso ambiental contemporâneo. Este silêncio também se mostra na total ausência de interfaces com os movimentos sociais e as lutas dos povos e comunidades tradicionais excluídos ou marginalizados social e economicamente (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013).

Ao negligenciar os aspectos sociais, políticos e econômicos estruturais ao capitalismo periférico, no qual o município de Belém estava colocado (e ainda se mantém), o aspecto crítico do conteúdo manifesto dos Cadernos se esvai, aproximando seu discurso político educacional do conservadorismo da pedagógica tradicional do século XIX e início do século XX. Como mostrou Saviani (1999), esta proposta pedagógica centrava-se no discurso de que a escola e seus conhecimentos estariam totalmente desvinculados dos processos sociais, com um percurso formativo oposto à prática social e supostamente peculiares aos saberes educacionais dos seus próprios gestores e professores, que são sujeitos estruturais aos espaços escolares.

Conclusão

Pode-se dizer que, ao fim e ao cabo, o discurso legitimador das ações de governo no período de 1993 a 1996, expresso nos Cadernos Caminhos da Educação, teve seu sentido atrelado à ideologia do desenvolvimento sustentável, assim como ao discurso do progresso técnico, ainda que ressignificado em bases humanísticas. De fato, são proposições que têm seu sentido acoplado ao discurso construído nos anos de 1980/90, mormente pela ONU e seus órgãos associados, mas também é possível observar sua conexão com uma visão messiânica e redentora própria da ideologia religiosa cristã e da modernidade capitalista europeia ocidental iluminista do século XIX.

Em um discurso parafrástico (ORLANDI, 2020), a maioria dos textos constituintes dos Cadernos Caminhos da Educação usa, indistintamente e sem qualquer estranhamento, várias ideias, direcionamentos e expressões ideológicas contidas em documentos peculiares aos

organismos internacionais capitalistas hegemônicos, como Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio-OMC, Organização das Nações Unidas-ONU etc., todos criados para abrandar os resultados deletérios das contradições advindas das disputas mercadológicas globais entre os países.

Como afirmou Monbiot (2021, p. 1), a palavra “capitalismo” traz em si a energia mobilizadora, potencialmente crítica e criativa, que o pensamento neoliberal tentou transformar em letra morta, ou palavra arcaica, ultrapassada, obsoleta como se o capitalismo fosse o único modelo de sociedade e o fim da história. “Eles fingem ignorar que uma verdadeira análise das dinâmicas do capitalismo (uma forma de organização social e não somente um sistema econômico) deve fazer com que apareça a sua complexidade, as suas contradições e as suas mutações incessantes”. A ausência ou o uso rarefeito desse termo (capitalismo), silenciado na maioria dos Cadernos, denota a ausência de substância crítica da realidade vivida na cidade de Belém.

O discurso da inovação, enquanto momento que se inaugura com a chegada do grupo político ao poder municipal de Belém em 1993, atrela o sentido discursivo de suas ideias às ideologias do progresso, da modernização, da novidade tecnológica, mas acabam reforçando o pragmatismo neoliberal da formação social capitalista, pois não demonstram a necessidade de construção de sujeitos coletivos (LAYRARGUES, 2020), capazes de denunciar, confrontar e buscar subverter a ordem imediatista e expansionista imanente à economia capitalista e sua engrenagem destrutiva (BASCHET, 2021; FOLADORI, 1999; MARX; ENGELS, 1998), capazes de apresentar os problemas sociais, econômicos, ambientais em sua conexão com o processo civilizatório capitalista europeu ocidental, violento, genocida, etnocida, homogeneizador dos espaços e gerador de pobreza na riqueza.

Em suma, os textos componentes dos Cadernos Caminhos da Educação apresentam certa complexidade quanto às questões socioeconômicas e ambientais. Todavia, o sentido e significado de suas principais ideias acabam se atrelando aos conservadorismo, silenciando suas análises em relação a formação social capitalista, às relações de poder e dominação que se estabelecem a partir de seu modo de produção dominante, uma vez que não se debate absolutamente nada sobre as relações de classe que determinam as formas históricas de organização do trabalho na contemporaneidade, e os rebatimentos disso no meio ambiente, metabolizado no processo de criação das mercadorias com apropriação privada por parte

daqueles que detêm o capital. Ao negligenciar este aspecto e supervalorizar a dimensão valorativa e abstrata das pessoas no trato interpessoal e com o meio ambiente, os textos dos Cadernos acabaram tornando suas análises em ideologias neoliberais, conservadoras da realidade socioambiental belenense.

Referências

ASSUNÇÃO, Mariza Felipe. **A política municipal de educação nos anos de 1990 na ilha de Caratateua/Belém-Pará**. 2005. 119f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Pará. Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2005.

BELÉM (Município). **Projeto Político Pedagógica da Casa Escola da Pesca**. Belém: Secretaria Municipal de Educação, Casa Escola da Pesca, 2013.

BELÉM (Município). **Projeto Político Pedagógica da Escola Bosque**. Belém: Secretaria Municipal de Educação, Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira, 2017.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade**. [Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti], São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BEZERRA, Zedeki Fiel. **A educação ambiental paraense na fala de seus pioneiros**. 2012. 103f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática). Universidade Federal do Pará. Instituto de Educação Matemática e Ciência, Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, Belém, 2012.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **DOU**. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 1 Out. 2017.

CENTRO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Currículo Lattes de Pedro Demo**. Última atualização do currículo em 25/11/2020. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/>. Acesso em: 23 dez. 2020.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.

DEPRÁ, Fernanda de Souza Reis. **A Pedagogia de Projetos no Processo Ensino-Aprendizagem da Educação Infantil**. 2017. Disponível em: http://www.sitededicas.com.br/art_pedagogia_projetos.htm. Acesso em: 10 out. 2020.

DICIONÁRIO Online de Português. **Desenvolvimento**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/desenvolvimento/>. Acesso em: 7 jan. 2018.

DICIONÁRIOS Porto Editora. **Desenvolvimento**. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/desenvolvimento>. Acesso em: 7 jan. 2018.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas de gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação e Sociedade**, v. 28, n. 100, 2007, p. 921-946. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1428100.pdf>. Acesso em 11 Dez. 2020.

FREITAS, Sandra Cristina S. **Construção de Políticas Públicas de Educação Ambiental em Belém do Pará de 1997-2004**. 2005. 251f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Pará. Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2005.

FUNDAÇÃO ESCOLA BOSQUE (FUNBOSQUE). Portaria nº 031/2010. Cria a Casa Escola da Pesca. **DOM** nº 11.556, de 05 Fev. 2010. Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br/diarioom/index.jsf>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GOHN, Maria da Glória. 500 ANOS DE LUTAS SOCIAIS NO BRASIL: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Revista Mediações**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40, jan./jun. 2000. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9194>. Acesso em: 11 Dez. 2020.

GUEDES, Maria Gorete, R, C. **Democracia e eleição de dirigentes escolares no sistema municipal de ensino de Belém: análises e perspectivas**. 2007. 214f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Pará. Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2007.

LATOUCHE, Serge. O desenvolvimento representa o problema e o não o remédio para a mundialização!. In: VÁRIOS AUTORES. **Desfazer o desenvolvimento para refazer o mundo**. (Tradução de José Maria de Almeida). Vargem Grande Paulista-SP: Cidade Nova, 2009.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente e sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 23-40, Mar. 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2014000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 Maio 2016.

LIBANEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, Mar. 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022012000100002&lng=en&nrm=iso>. access on 19 May 2021. Epub Oct 21, 2011. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022011005000001>.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da Economia Política**. (Tradução e Introdução de Florestan Fernandes). 2a edição, São Paulo: Expressão Popular, 2008.

Educação básica, meio ambiente e a ideologia do desenvolvimento sustentável no município de Belém, Pará, Brasil: 1993-1996

OLIVEIRA, Edinete Pinheiro de. **Concepção e implantação do Ecomuseu da Amazônia**: o estudo de suas possibilidades a partir do Distrito de Icoaraci (Paracuri e Orla). 2009. 113f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano). Universidade da Amazônia, Belém, 2009.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. A Ideologia do Desenvolvimento Sustentável: notas para reflexão. **Revista Tamoios**. Ano II, nº 02, p. 41-46 Julho/Dezembro 2005.

ORLANDI, Eni P. (org.). **Discurso fundador**. 3ª. Ed., Campinas-SP: Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 11ª ed. Campinas, São Paulo: Pontes Editores. 2013.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **As formas do silêncio - no movimento dos sentidos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 12ª Edição, Campinas-SP: Pontes Editores, 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Ambiente (meio ambiente). In: CALDART, Roseli Salette (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 96-104.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Caminhos da Educação**. Belém: Secretaria Municipal de Educação SEMEC-PMB, 1993 (Série Planejamento n. 1).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Caminhos da Educação**. Belém: Secretaria Municipal de Educação SEMEC-PMB, 1994 (Série Planejamento n. 2).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Caminhos da Educação**. Belém: Secretaria Municipal de Educação SEMEC-PMB, 1996a (Série Planejamento n. 3).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Caminhos da Educação**. Belém: Secretaria Municipal de Educação SEMEC-PMB, 1996b (Série Planejamento n. 4).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Caminhos da Educação**. Belém: Secretaria Municipal de Educação SEMEC-PMB, 1996c (Série Planejamento n. 5).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Caminhos da Educação**. Belém: Secretaria Municipal de Educação SEMEC-PMB, 1996d (Série Planejamento n. 6).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Caminhos da Educação**. Belém: Secretaria Municipal de Educação SEMEC-PMB, 1996e (Série Planejamento n. 7).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Ofício nº 865/95 – DEAD/GABS**. Assunto: Solicitação de autorização para contratar o Professor Pedro Demo, sem a exigibilidade de processo licitatório,

de acordo com o art. 25, II e art. 13 e incisos da Lei nº 8.666/93. Belém, PA: Secretaria Municipal de Educação, 19 de Out. 1995.

PROGRAMA das nações unidas para o desenvolvimento (PNUD). **Desarrollo Humano Informe 1990**. Bogotá – Colômbia: Tercer Mundo Editores, 1990.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SAVIANI, Demerval. **Aprender a aprender: um slogan para a ignorância**. Fundação Astrojildo Pereira. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2016/02/08/aprender-a-aprender-um-slogan-para-a-ignorancia-entrevista-com-demerval-saviani/>. Acesso em 11 Dez. 2020.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: polêmicas do nosso tempo**. 32 ed. São Paulo: Autores Associados, 1999.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação PUC Campinas**, Campinas, n.24, jun, 2008, p.7-16. disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/108>. Acesso em: 10 out. 2019.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. Desenvolvimento sustentável. In: CALDART, Roseli Saete (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 206-211.

SILVA, José Bittencourt da. **O Subsistema de Educação para o Desenvolvimento Sustentável instituído em 1996: processo histórico, mediação e realidade atual**. Belém: NEB/UFGA: 2020 (PROJETO DE PESQUISA-PORTARIA Nº 23/2020/NEB/UFGA).

SILVA, José Bittencourt da. Populações do campo na Amazônia brasileira: desenvolvimento, capital social e o papel da educação. **Revista Margens**, Abaetetuba-PA, v. 4, n. 6, p. 39-54, 2009.

SILVA, José Bittencourt da; PINTO, Elisangela Castro Redig; PINHEIRO, Marcio Fernando Duarte. Análise do PPP da Escola Bosque, Belém, Pará. In: **Revista Contemporânea de Educação**, v. 13, n. 28, set./dez. de 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/14746-52426-1-PB.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

SILVA, José Bittencourt da; SANTOS, Jenijunio dos; SOUZA, Nazaré Serrat Diniz de. Escola básica e comunidades ribeirinhas em Belém, Estado do Pará: Problemas e Perspectivas. In: **KLA Working Paper**, Número 18, 2016, KompetenznetzLateinamerika - Ethnicity, Citizenship, Belonging; URL: http://www.kompetenzla.uni-koeln.de/fileadmin/WP_Bittencourt.pdf.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário Estudos Avançados** 18 (51), 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n51/a01v1851.pdf>. Acesso em: 21 Dez. 2017.

SOUZA, Nazaré Serrat Diniz de. **Na Belém Ribeirinha, a Juventude e o Direito à Escolarização com Educação Profissional: análise da experiência da Casa Escola da Pesca**. 2015. 258f. Tese de Doutorado – (Doutorado em Educação) - PPGED/ICED/UFGA, Belém, 2015.

Sobre os autores

José Bittencourt da Silva

Possui Pós-Doutorado em Educação, Doutorado em Ciências Ambientais, Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, Especialização em Ciência Política, Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais. Atua como Docente do Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica-PPEB do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica-NEB, na Universidade Federal do Pará-UFGPA. Link Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5393-1170>. E-mail: josebittencourtsilva@gmail.com

Tatiane Lima Santos

Possui Mestrado em Currículo e Gestão da Escola Básica, Especialista em Neuropsicopedagogia, Especialista em Metodologia do Ensino de Biologia e Química, Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Ciências Naturais. Atua como Técnica Pedagógica da Rede Pública Municipal de Portel-Pará. Orcid: 0000-0003-4771-162X. E-mail: tatianesantos474@gmail.com

Recebido em: 10/03/2022

Aceito para publicação em: 29/04/2022